

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

**“Estopim aceso nesta cidade que ainda vive o ‘Neu-Württemberg...’”
Relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na
década de setenta**

Eliane de Mello*

Resumo: Este artigo procura analisar as relações estabelecidas entre sociedade receptora e migrantes. Para tanto, toma-se como objeto empírico às relações entre os dois grupos na cidade de Panambi/RS (antiga colônia Neu-Württemberg), na década de 1970. Formada por (i)migrantes/descendentes de alemães e luso-brasileiros, a localidade viveu um processo conflituoso de construção de identidade, o qual resultou numa suposta hegemonia do grupo étnico alemão. Todavia, na década de 70 o seu rápido desenvolvimento econômico desencadeou uma migração em massa para a localidade, a qual possibilitou a posterior desestabilização dessa estrutura. Essas transformações refletiram-se na atitude defensiva da sociedade receptora, que intensificou sua busca por paradigmas identitários calcados nos “valores” do grupo étnico alemão e voltados para a produção da diferença, redefinindo as fronteiras étnicas.

Palavras chaves: (I)Migração – identidade – urbanização

Abstract: This article tries to analyze the relations established between reception society and migrants. For that purpose, we take as empiric objective the relations between these two groups in the city of Panambi /RS (ancient colony of New Württemberg), in the 1970 decade. Formed by (i)migrants/descendants of German and Luso-Brazilian people, the place lived through a conflictual process of identity construction, which resulted in a supposed hegemony of the German ethnic group. However, in the 70 decade its fast economic development unleashed a mass migration to the location, which enabled the posterior destabilization of this structure. These transformations reflected in the defensive receptive attitude, which intensified its search for identity paradigms supported by the German ethnic group values, and focused to the difference production, redefining the ethnic frontiers.

Key words: (I)migration – identity – urbanization.

As relações entre os (i)migrantes e as sociedades receptoras são extremamente complexas, pois implicam numa negociação entre ambas as partes: os que chegam, e querem ser aceitos, e os estabelecidos, que resistem à incorporação desses novos elementos. Essa relação reservada está relacionada aos interesses de grupos distintos, muitos dos quais sem consenso interno, e ao convívio entre pessoas de diferentes culturas e de situação econômica desigual. Tal diversidade pode ocasionar o surgimento de diversos conflitos, acarretando modificações significativas tanto na infra-estrutura da sociedade receptora, quanto no modo de vida dos indivíduos envolvidos no processo, como parece ter ocorrido em Panambi,¹

* Mestre em História/Unisinos.

¹ A colônia Neu-Württemberg, atual Panambi, foi fruto do investimento do capitalista alemão Herrmann Meyer, proprietário da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer (as primeiras aquisições de terras ocorrem em

cidade localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, onde os dilemas desta disputa se mostraram latentes ao longo do século XX, especialmente na década de 1970.

O tema da pesquisa surgiu a partir da percepção de uma situação local recorrente: alguns moradores do Bairro Esperança, localizado na periferia da cidade, reclamavam que se sentiam discriminados pelos demais moradores pela razão de não serem naturais do local e, especialmente, por não pertencerem ao grupo étnico alemão, o qual aparentemente era dominante na localidade. Outro fato determinante para a escolha da temática e do “recorte temporal” foi deparar-me com documentos que narravam dois episódios “pitorescos” transcorridos na década de 1970, a saber: o caso do filme “O Exorcista” e o caso dos Sinos.²

O primeiro ocorreu em 1975, momento em que a cidade vivia o auge do desenvolvimento industrial com a expansão da principal empresa local: a Kepler Weber S.A. A polêmica girava em torno da exibição ou não do filme “O Exorcista”, cujo conteúdo era encarado como “demoníaco” por alguns grupos da cidade, a qual caracterizava-se pelo fato de ser muito religiosa.³

1897). Meyer nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hilsburghausen, Alemanha. Sua família era proprietária do Instituto Bibliográfico de Leipzig, do qual posteriormente tornou-se diretor. O Instituto publicou, em diversas edições, a importante enciclopédia *Meyer's Konversationslexion*. De modo geral, o empresário pretendia desenvolver um projeto de colonização voltado para a preservação da germanidade. Ambicionava formar um núcleo confessional luterano constituído por imigrantes alemães. Neste sentido, a propaganda da empresa colonizadora procurava enfatizar que a paisagem natural do lugar era semelhante à Europa, bem como que a preservação da cultura era prioridade no local, em outras palavras, vendia a imagem de que Neu-Württemberg seria uma “segunda Alemanha”. Até o início da Campanha de Nacionalização desenvolvida ao longo do Estado Novo brasileiro (1937-1945), os (i)migrantes descendentes de alemães detinham o poder econômico, político e cultural em Neu-Württemberg (procuravam manter relação com a pátria de origem através da formação de corais, da preservação da língua, do estudo da história e da literatura de seu país de origem e ainda mantendo-se informado a respeito dos rumos tomados pela Alemanha) e o convívio com os luso-brasileiros era considerado pacífico. Todavia, dado o início da Campanha de Nacionalização o poder se inverteu na colônia e as relações que se estabelecem a partir de então demonstram que havia rixas não resolvidas entre estes dois grupos. Terminada a Campanha de Nacionalização, os grupos dirigentes da localidade, representados principalmente pelos membros da Associação Comercial e Industrial, começaram a se articular a fim de pleitearem a emancipação política do Distrito, o qual fazia parte do município de Cruz Alta, iniciando em seguida uma campanha em prol da emancipação. Durante a Campanha de Emancipação novamente sobressaem-se conflitos de caráter étnico. A emancipação foi efetivada em 1954 e converte-se em um poderoso instrumento para pleitearem benefícios e investir em infra-estrutura de forma independente. Garantiu, também, a possibilidade de preservarem a cultura germânica, o que lhes fora negado durante a Campanha de Nacionalização. Desse modo, os (i)migrantes descendentes continuariam a prestar contas ao estado brasileiro, mas dentro de “seu” espaço geográfico o poder lhes pertenceria: em Panambi, os imigrantes/descendentes alemães seriam os “estabelecidos”, tendo poder econômico, político e a hegemonia cultural, o que possibilitaria a produção e manutenção da imagem de Panambi como “segunda Alemanha”.

² Aqui nos valem das discussões levantadas pelos micro-historiadores (GINZBURG, 1987, 1989, 1991, 2001; LÉVI, 2000; REVEL, 1998. SERNA, 1993) a respeito da escala de análise e da maneira de investigar a cultura popular, principalmente o “excepcional normal”, o qual engloba as situações que fogem a “normalidade” do cotidiano e que, por isso, poderiam revelar indícios a respeito das relações estabelecidas entre os diferentes grupos, especialmente as que se referem a temas ausentes da documentação oficial, ou presentes nas entrelinhas, como conflitos interétnicos.

Em meio às discussões destacam-se alguns aspectos: o filme fora proposto por um migrante – Walter Furtado; os que se posicionaram contra sua exibição faziam parte da elite local, representados principalmente pelos membros das igrejas cuja relação com os proprietários das empresas era bastante estreita, principalmente da Igreja Batista, que tinha entre seus membros os proprietários da empresa Kepler Weber S.A. Outra característica desta elite era o fato de pertencerem ao grupo étnico alemão.

Chama atenção no caso o olhar dos jornalistas que cobriram o episódio a respeito das relações tecidas na localidade. Enquanto a emissora de rádio local, a Sul Brasileira, ouvia as diversas opiniões sobre o assunto, demonstrando certo respeito, a mídia do restante do Estado passou a especular a respeito das causas do episódio e a explorá-lo como uma “história pitoresca”, deixando transparecer que alguns valores, que eram significativos para os estabelecidos naquele lugar, não faziam muito sentido para os demais, como parece evidente nas manchetes do jornal Zero Hora: “Esta é uma história de uma cidade que se chama Panambi” (Zero Hora, 1975: 31). Ou ainda: “Uma revolução em Panambi: Estopim aceso nesta comunidade que *ainda vive a Neu-Württemberg*”, (Zero Hora, 1975:30). Esses textos fornecem indícios de como a cidade foi vista pelos jornalistas. Destacam-se aqui dois aspectos: o fato de que o poder no local pertencia aos integrantes do grupo étnico alemão e que a cultura alemã ainda era preservada: “o idioma germânico aparece com frequência, até nas conversas de esquina, deixando o visitante, muitas vezes, em situação embaraçosa, sem saber que assuntos estão sendo tratados” (Zero Hora, 1975:30). Também, a percepção de que um conflito parecia se configurar entre os novos e os antigos moradores. Os jornalistas deixavam claro que o poder na cidade, aí se entenda cultural, econômico e político, estava concentrado nas mãos dos descendentes de alemães e que o fato começava a “incomodar” os lusos brasileiros, gerando conflitos, cujo caráter ficava explícito na declaração anônima de uma de suas entrevistadas: “Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade...”. (Zero Hora, 1975: 31).

O segundo caso, como que fechando a década de setenta, ocorreu em janeiro de 1980. O fato transcorreu a partir da solicitação da abertura de um processo contra o pastor Emílio Schefer e a Comunidade Evangélica Congregacional, por “perturbação do sossego público”. A solicitação foi feita por Odoné Sanguiné, que na época era o promotor de justiça

³[A Igreja foi uma das instituições que mais influenciou a vida dos \(i\) migrantes. Em Neu-Württemberg se baseou nos princípios de três correntes do cristianismo: Batista, Católica e Luterana. Havia uma rígida separação entre essas denominações. Esse traço não era único no Brasil, pois na Europa a separação religiosa era bem nítida, desde a Reforma Protestante.](#)

da cidade. O mesmo era vizinho do templo e alegava que “estava tendo o sono prejudicado” pelo sino que badalava às seis horas da manhã ou anunciando passamentos: “retinia compassadamente, quantas vezes fosse preciso, até completar a idade do morto”(BECK, 1997:102.) No decorrer da polêmica os artigos que narravam o fato evidenciavam algumas características da comunidade, principalmente o fato de ser religiosa.

Neste episódio o Jornal A Notícia Ilustrada, periódico local, teve um papel importante na defesa do pastor. Seus artigos por um lado destacavam que o sino era uma tradição herdada dos imigrantes alemães e por outro, desqualificavam a atitude do promotor, tida como absurda. Entre os principais argumentos do periódico contra o promotor estavam os fatos de que ele não tentará se adaptar a sociedade local e o de que não era um profissional competente. Já a imprensa estadual demonstrava novamente espanto ao perceber que o fato era tão relevante para a cidade de “origem” alemã.

Percebe-se que a comunidade esperava uma determinada postura dos migrantes, principalmente sua aceitação dos costumes locais. Outro aspecto relevante para análise é o de que a “contestação” dos valores locais foi feita por um promotor, ou seja, uma figura que não estava diretamente subordinada ao poder local, pois os demais migrantes não podiam se posicionar contra seus empregadores.

Sobressai-se ainda o fato de que havia uma cultura que caracterizava as pessoas estabelecidas em Panambi constituindo uma identidade “tida” como comum, e fortemente marcada pelo caráter étnico, a qual se opunha à cultura dos migrantes que chegavam de forma desordenada a localidade (Cf. SILVA, 2000: 82; ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L., 2000; BARTH, 1998).⁴ Assim, a migração que deveria resolver o problema da falta de mão de obra, era uma questão de “mão dupla”, pois se por um lado as empresas precisavam de trabalhadores para continuar crescendo, por outro, a cidade não possuía uma infra-estrutura capaz de atender, comportar esse crescimento populacional. Ou seja, ao solucionar-se um problema, criavam-se outros.

Outra preocupação da década de 70 foi a preocupação com o crescimento desordenado e intenso da urbe. Neste cenário, a tensão entre os migrantes e estabelecidos

⁴ Neste sentido servimo-nos da obra “Os Estabelecidos e os *Outsiders*” (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L., 2000.), na qual os autores analisam as relações entre pessoas estabelecidas em um determinado lugar e os migrantes, aos quais denominam “*outsiders*”. Os estabelecidos são o grupo que se “autopercebe” e que é reconhecido como “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Na língua inglesa, o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”. Da mesma forma, em Panambi era evidente a existência de um grupo que se representava como estabelecido e que reagia de formas distintas diante dos migrantes.

gerava a reação defensiva da sociedade receptora expressa, por exemplo, na tentativa de representar Panambi como cidade “bela, higiênica e alemã”. Um dos quesitos considerados para definir a cidade como “bela” era o aspecto das habitações, somando-se a isso o espaço verde e uma população sem pobreza. Um fator que parecia comprometer a imagem de bela que a cidade queria construir para si era uma vila pobre próxima ao centro, à Coréia, popularmente conhecida como vila Picumã. A questão foi resolvida de forma gradual ao longo da década de 70. Para tanto contribuíram os programas sociais coordenados pelo poder público e a valorização imobiliária dos terrenos próximos ao centro. É significativo ressaltar que a retirada de elementos que perturbavam a imagem de cidade ordeira, bela, moral, integrava o cotidiano dos agentes policiais. Eram recorrentes as notícias a respeito do aumento da violência e a prisão de “elementos por vadiagem” no centro da cidade.

Quanto à imagem de cidade alemã, os grupos dirigentes locais procuraram construir, de forma intencional, a representação de que se tratava de uma “cidade alemã”. A representação era sustentada pela manutenção de certos laços com a pátria de origem, bem como pela tentativa de reproduzi-los no local, como exemplifica a construção do Hotel Elsenau, cuja arquitetura procurava imitar as construções européias.

A convivência entre os estabelecidos e os migrantes foi permeada por disputas pelo poder. De forma geral, percebe-se que os dirigentes locais procuravam demonstrar que os (i)migrantes alemães e os seus descendentes haviam construído as bases econômicas e culturais da cidade e, portanto, eram os “donos” do lugar. Em outras palavras, procuravam diferenciar-se dos migrantes. Uma das facetas desse processo foi o uso do passado não apenas como base para construir uma identidade comum aos habitantes, que reafirmasse seu poder, mas também como fonte de elementos que os pudessem diferenciar dos migrantes mais recentes. Da mesma forma, esta “cumplicidade” entre os estabelecidos permitia que seus membros reservassem uns para os outros a maioria dos postos-chave das organizações políticas, religiosas e outras da comunidade, excluindo deles as pessoas que não lhes pareciam ser seus iguais.⁵ No campo político, por exemplo, só haviam sido eleitos prefeitos de origem alemã e até o final da década de 70 nenhum católico assumira o cargo. Quanto aos vereadores, raramente um luso-brasileiro conseguia se eleger.(Cf. MALHEIROS, 1979: 70-75). Permitia também que procurassem construir um modelo de “cidadão”, o qual espelhava-se na figura dos (i)migrantes alemães, suas “conquistas” e seus valores. Dessa forma, ao mesmo tempo em

⁵ Esta característica também foi percebida por Norbert Elias e John L. Scotson ao analisarem as relações entre estabelecidos e outsiders numa comunidade próxima de Leicester, no fim da década de 1950 e início da de 1960. Cf. ELIAS; SCOTSON, p.103.

que os estabelecidos procuravam formas de distinção, buscavam também maneiras de enquadrar os migrantes no seu modo de viver.

Os migrantes pareciam dispostos a buscar pontos de equilíbrio, pois como mencionou um dos entrevistados, “precisavam do emprego” e viviam de forma harmoniosa. Assim, exceto em momentos de muita tensão, como no caso do “filme e do sino”, o convívio entre os grupos era tido como “pacífico”. Os operários, manifestavam sua contrariedade à supremacia do grupo étnico alemão em situações informais, nas quais seu principal argumento consistia em enfatizar que eram “brasileiros” e que o Brasil era melhor que a Alemanha.

A mencionada harmonia parecia ancorar-se num processo no qual os migrantes eram incorporados como “membros” da sociedade receptora na medida em que assimilavam os costumes locais ou contraíam matrimônio com alguém nascido em Panambi; do contrário, mesmo que se tornassem bem sucedidos economicamente, não seriam considerados estabelecidos.

Se de maneira geral a negociação era a relação preponderante, o cotidiano também demonstrava que a fronteira incluía de forma clara elementos de discriminação em relação aos pobres e aos migrantes, ou principalmente aos “migrantes pobres”. Um exemplo é a criação da “Vila Esperança”, espaço que se constituiu como o modelo mais acabado do “outro”, da antítese da cidade ideal imaginada.

A Vila Esperança foi fundada em 1972, quando a administração municipal realizou a compra de uma área de terras com objetivo de formar um loteamento popular, o qual destinava-se principalmente a pessoas vindas de outros municípios e aos moradores pobres que moravam próximos ao centro. A referida área se situava em um local retirado da zona central da cidade e grande parte de sua extensão era tomada por um banhado coberto de matagal, o que a tornava não muito recomendável para a habitação e diminuía seu valor no mercado imobiliário. Esses fatores parecem ter sido fundamentais para a escolha do terreno, segundo Schmitt-Prym: “foi naquele local por causa do banhado. Aí alguém disse ‘isso está bom demais’ (SCHMITT-PRYM, 2005).

Ao longo das décadas de 70 e 80, o preconceito parece ter se consolidado, tanto é que o próprio termo “vila” se tornou pejorativo, sinônimo dos lugares supostamente habitados pela “ralé” e a “Esperança”, símbolo maior dessa denominação. Seus moradores conviviam com o estigma e muitas vezes optavam por omitir o endereço, principalmente quando iam procurar emprego. Outro fato é que no início da década de noventa, um Projeto de Lei

encaminhado pelo vereador Alfredo Streicher, sugeriu que as ruas da Vila fossem batizadas com nomes de países onde a língua oficial fosse a portuguesa, muitos destes localizados no continente africano, como Angola, Guiné Bissau, Luanda... A iniciativa indica a clara intenção de demonstrar que havia diferenças entre a Vila e o restante da cidade, visto que as demais ruas recebiam nomes de pessoas preeminentes ou de países europeus. Por consequência, seus moradores eram classificados pejorativamente como “negrada”, demarcando-se bem a diferença.

Transparece aí um movimento de mão dupla: por um lado, aparece o serviço de assistência social, preocupado com o bem estar dessa população menos favorecida, proporcionando-lhe um lugar melhor para habitar. Por outro lado, evidencia-se um claro processo de segregação social e, até certo ponto, étnica. Afasta-se do seio dos estabelecidos os *outsiders*, compostos em sua maioria por migrantes de origem lusa. O que estava em jogo era a preservação de um modo de vida e a manutenção do poder por parte dos grupos que tradicionalmente o detiveram. Deste modo, mesmo que em alguns momentos, como se evidenciou nos casos do filme “O Exorcista” e do “sino”, os migrantes tentassem reverter a situação e demarcar o seu espaço de ação, logo eram recolocados em seu “lugar” e relembrados de sua posição de *outsiders*.

Espaços geográficos – centro x periferia –, um vocabulário estigmatizado para designar determinados lugares, personagens e práticas sociais as quais delimitavam a exclusão e a discriminação social, integravam a construção da fronteira que designava quem pertencia e quem não pertencia à sociedade estabelecida. Esse processo de distinção agia em duas vias: numa desqualifica-se a cultura do “outro”, noutra procura-se enaltecer a cultura germânica. Cria-se um cenário onde prevalece o perfil germânico. Essa representação acaba sendo incorporada pelos indivíduos como a realidade e assim aceita, do mesmo modo que era exibida aos de fora e aceita pelos mesmos como o real. Em outros termos, Panambi era alemã porque se reconhecia e era reconhecida como tal pelos outros, embora essa representação não perfaça o todo.

Assim, não é difícil perceber o quanto à década de 1970 foi marcada por mudanças e tensões. Os migrantes foram protagonistas das principais transformações, como o aumento da desigualdade social, as modificações na infra-estrutura e o início da desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, os quais controlavam o comportamento das pessoas, mantendo certo jeito de viver. Sua vinda refletiu-se na atitude defensiva da sociedade receptora, que intensificou sua busca por paradigmas identitários, calcados nos “valores” do

grupo étnico alemão e voltados para a produção da diferença entre a sociedade estabelecida e os migrantes.

Referências bibliográficas:

- BARTH, Frederick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-BECK, René. O exorcista. In: ASSOCIAÇÃO dos escritores de Panambi. **Porções de Bem Querer**. Ijuí: SEDIGRAF, 1997.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-História e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LÉVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- MALHEIROS, Adil Alves. **O vale das borboletas azuis**. Panambi: Publipan, 1979.
- REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SERNA, Justo; PONS Anaclet. **El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistória?**.TORRES, Pedro Ruiz (org). La Historiografía. Madrid, Marcial Pons, 1993.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**.Petrópolis: Vozes, 2000.

Jornais

- ZERO HORA**. Esta é uma história de uma cidade que se chama Panambi. Porto Alegre, 12 out.1975, p.31.
- ZERO HORA**. Estopim aceso nesta comunidade que ainda vive a Neu-Württemberg. Porto Alegre, 12 out.1975, p.30.

Fonte Oral

SCHMITT-PRYM, Miguel. Entrevista concedida a Eliane de Mello e Rosane Marcia Neumann. 25, ago. 2005.